



## **“Quem é de luta, resiste!” A defesa do projeto democrático e classista para a educação e da formação em Serviço Social antirracista e emancipatória**

*“Those who fight, resist!” The defense of the democratic and class-based project for education and training in anti-racist and emancipatory social services*

**Ana Paula Ornellas Mauriel\***

 <http://orcid.org/0000-0002-7348-7898>

**João Paulo da Silva Valdo\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-1347-8228>

**Maria Helena Elpidio de Jesus\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0001-8243-5427>

### **RESUMO**

Como parte das comemorações dos 25 anos da *Revista Temporalis* e dos 15 anos dos Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS, o presente artigo retoma a agenda de lutas da gestão 2017–2018 — “Quem é de luta, resiste” — a partir de dois aspectos centrais de sua ação política: a defesa do projeto de formação em Serviço Social articulado a um projeto classista e democrático de educação, como parte essencial do plano de ações da gestão; e a centralidade que o debate sobre as relações étnico-raciais na formação em Serviço Social assumiu ao longo do período, com o objetivo de apontar a atualidade dessas ações na defesa do legado do projeto profissional crítico.

### **PALAVRAS-CHAVE**

ABEPSS; Projeto de formação em Serviço Social; Formação Antirracista.

---

\*Professora. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Campinas, Brasil). Docente da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil). E-mail: [apmaurriel@gmail.com](mailto:apmaurriel@gmail.com)

\*\*Professor. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). E-mail: [joao.valdo@ufes.br](mailto:joao.valdo@ufes.br)

\*\*\*Professora. Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). E-mail: [lenaebreu@gmail.com](mailto:lenaebreu@gmail.com)

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p116-127



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

## ABSTRACT

As part of the celebrations of the 25th anniversary of the Temporalis journal and the 15th anniversary of the ABEPSS Thematic Research Groups, this article will revisit the agenda of struggles of the 2017/2018 ABEPSS Management — “Those who fight, resist”, based on two central aspects of its political action: the defense of the social service training project articulated with a class-based and democratic project for education, as an essential part of the management’s action plan; and the centrality that the debate on ethnic-racial relations in social service training assumed throughout the management, with the aim of highlighting the current relevance of these actions in defending the legacy of the critical professional project.

## KEY-WORDS

ABEPSS; Social Work training project; Anti-racist Training.

## Introdução

Em alusão aos 25 anos da *Revista Temporalis* e aos 15 anos dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), o artigo em questão tem por objetivo trazer reflexões que remontam ao tema da publicação nº 33 da revista, intitulada: “20 anos de Diretrizes Curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS”, buscando evidenciar a atualidade sócio-histórica do projeto de formação em Serviço Social.

Percorridos quase 10 anos da posse da gestão da ABEPSS intitulada “Quem é de luta, resiste”, biênio 2017/2018, apresentamos uma síntese produzida por parte de membros da Executiva Nacional da gestão, em nome de um coletivo de profissionais e estudantes que foram parte fundamental na execução do plano de lutas, assumindo uma agenda de ações com o compromisso de garantir a manutenção do legado histórico e combativo da entidade na defesa do atual projeto profissional crítico do Serviço Social.

A frase que deu nome à gestão foi um chamado — que continua atual — e emergiu diante da necessidade de organização da categoria, junto aos movimentos sociais, para lutar e resistir em um contexto de impactos do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, que aprofundou uma agenda de cortes nos direitos sociais, como por exemplo, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que impôs um processo de radicalização da questão social, do racismo e do sexismo. Esse “golpe” atingiu de maneira severa os usuários dos serviços públicos, nos quais o Serviço Social é demandado a intervir. Esse processo recaiu também sobre a educação superior, com a intensificação da lógica privatista nas universidades, a precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação e da permanência estudantil. Diante desse contexto, foi imperativo construir um plano de lutas para a gestão da ABEPSS que afirmasse: *quem é de luta, resiste!*

Em vista disso, retomamos as ações da agenda política de lutas da gestão do biênio 2017/2018, que teve como bases dois pilares fundamentais: (i) a construção de um projeto classista e democrático de educação articulado aos movimentos sociais em defesa da educação pública, como parte central da defesa do projeto de formação em Serviço Social preconizado pela ABEPSS; e (ii) o debate sobre a inserção da questão étnico-racial na formação profissional, a partir de uma firme orientação teórico-política na direção de tal projeto.

## **Quem é de luta, resiste! Em defesa do projeto de formação em serviço social articulado ao projeto de educação classista e democrático**

A gestão, plasmada como um coletivo formado a partir das diversas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) de todo o Brasil, deu continuidade ao legado da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em especial seu protagonismo na defesa da formação crítica e de qualidade. A defesa do projeto de formação acadêmico-profissional, presente nas Diretrizes Curriculares de 1996 — marco histórico na trajetória de compromisso da categoria na construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro — é imperativa na tarefa de defesa de uma educação classista e democrática.

Para isso, reafirmou-se em seu plano de atividades os princípios e as funções da ABEPSS, ao evidenciar que “a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996). Reiteramos, assim, o direcionamento da entidade como espaço acadêmico-científico e político que defende a universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial, socialmente referenciada, antirracista, antipatriarcal, anti-LGBTfóbica e de acesso universal. Considera-se como força motriz desta entidade sua capacidade política, que, a despeito do contexto regressivo dos últimos anos, apresenta um conjunto de estratégias de fortalecimento da graduação e da pós-graduação.

O projeto pedagógico crítico expresso nas Diretrizes Curriculares representa um processo de construção permanente, que se desenvolve no contexto contraditório das relações sociais capitalistas e na contracorrente das tendências da educação superior no país, cujos motes privatistas — com investimentos na educação à distância — precarizam as condições de ensino e pesquisa e abrem canais para a restauração e o fortalecimento das diversas vertentes do conservadorismo no Serviço Social.

O contexto que cercava o início da gestão 2017–2018 foi marcado pelo governo Temer já instalado, que havia deflagrado diversos ataques à população negra, às mulheres e à comunidade LGBT, expressos em ações do governo federal e também em diversos governos estaduais, com alterações regressivas nas políticas sociais e nas pautas relacionadas à educação.

O cenário pós-golpe — desferido contra a democracia pelas frações dominantes econômico-políticas com apoio da grande mídia — teve como grande primeiro ato o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Esse processo foi articulado em consonância com os centros mundiais de poder, cujo crescimento da extrema direita avançou contra governos progressistas em toda a América Latina, como resposta anticíclica para ampliar as margens de exploração da força de trabalho e expropriar riquezas na região.

A partir do golpe de 2016, o Brasil iniciou uma fase mais dramática do neoliberalismo, o que não apaga a gravidade dos processos iniciais de implantação e posterior consolidação do projeto das classes dominantes rentistas no país (Castelo, 2017). Desde então, observa-se um acelerado aumento da coerção estatal — atitudes violentas e repressivas — exercida contra trabalhadoras e trabalhadores, ganhando ares neofascistas. Isso confirma que o

golpe que levou Michel Temer ao poder teve uma função histórica: retomar, a qualquer custo, as taxas de lucro declinantes no país e silenciar coercitivamente os crescentes rompantes de rebeldia popular (greves operárias e de servidores públicos, ocupações estudantis, urbanas e rurais, levantes indígenas, lutas dos movimentos feminista, negro, LGBTQIA+ etc.).

O avanço da extrema direita, capitaneado pela burguesia e parcelas da classe média, levou à eleição, em 2018, do presidente Jair Bolsonaro. Suas ações tiveram como foco a criminalização dos movimentos sociais que lutam e resistem, além da perseguição ao pensamento crítico e à produção de conhecimento que possa revelar qualquer traço que questione a visão de mundo conservadora que seu governo buscava impor. As universidades e institutos federais foram seus principais alvos: além de sofrerem com instabilidades provocadas por contingenciamentos, cortes de bolsas e auxílios, foram duramente atacados pelo negacionismo e por uma perspectiva anti-ciência. E diante desse cenário, o ponto de partida da gestão “Quem é de luta, resiste!” para pensar estratégias de enfrentamento dentro e fora do Serviço Social foram os debates realizados no XV ENPESS, cujo tema foi “20 anos de Diretrizes Curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e trabalho profissional: reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS”. A gestão também buscou inspiração em diversos documentos da ABEPSS, do conjunto CFESS/CRESS, da ENESSO e do movimento sindical docente, particularmente o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

A gestão iniciou seus trabalhos com uma imersão para o planejamento das ações, com participação das regionais, das representações das coordenações dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) e da comissão editorial da *Temporalis*. Foi um momento importante de construção e deliberação de metodologias de ação, com divisão de responsabilidades e tarefas. Desse encontro, foram acordados os eixos de atuação da gestão nos dois anos seguintes, até o ENPESS de 2018.

Como ações políticas de caráter mais geral, a gestão assegurou: a) a continuidade do Plano de Lutas como instrumento estratégico de articulação com o conjunto CFESS/CRESS/ENESSO, buscando seu enraizamento regional no enfrentamento à precarização da formação; b) essa articulação foi associada ao fortalecimento da direção social, teórico-metodológica e ético-política da formação profissional expressa nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, por meio do fortalecimento institucional da entidade, com ampliação de estratégias para sua organização e sustentabilidade financeira, com manutenção e ampliação do quadro de filiações institucionais e individuais, e pela promoção de estratégias para a capilaridade da ABEPSS, considerando o amplo processo de interiorização dos cursos de Serviço Social, fortalecendo as bases da entidade a partir da dinamização das microrregiões; c) nos eventos regionais e na Oficina Nacional, foi realizado um amplo debate em torno do avanço do processo de contrarreforma do Estado e seus rebatimentos no ensino superior, considerando o processo de expansão da privatização e do empresariamento da educação. Com esses acúmulos, a gestão conseguiu fortalecer o debate e o direcionamento crítico frente à Política de Avaliação do Ensino Superior no Brasil, avançando na interlocução com a comissão de assessores do INEP e com representantes da área nos órgãos de regulação e fomento da pós-graduação.

Além dessas frentes, a gestão ainda promoveu a articulação entre os GTPs, fortalecendo sua interlocução com as regionais, na perspectiva de integração entre ensino, pesquisa e extensão, e entre graduação e pós-graduação. Também deu continuidade ao debate sobre a formação em saúde como parte estratégica da interlocução da ABEPSS com diferentes áreas, na direção da qualificação da formação profissional.

No âmbito da graduação, as ações priorizaram: i) o estreitamento da relação com as instâncias institucionais — Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Ministério da Educação (MEC) e ANDES-SN — para discutir a qualidade do ensino na graduação, os processos e formas de avaliação dos cursos, e a construção de ações alternativas ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES); ii) a continuidade do projeto “ABEPSS Itinerante”, com ampliação da divulgação de seus relatórios às UFAs, contribuindo para o processo permanente de implementação das Diretrizes Curriculares; iii) o acompanhamento do processo de solicitação para regulamentação da Política Nacional de Estágio (PNE/ABEPSS) junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) do MEC; iv) a realização do 5º Encontro Nacional de Supervisão de Estágio em Serviço Social, além do apoio à realização de fóruns locais, regionais e estaduais de supervisão de estágio; v) a criação de uma Comissão Temporária de Trabalho (CTT) de Estágio Supervisionado, para formular documentos sobre o estágio em extensão e orientar os fóruns de supervisão regionais e nacional, a partir das experiências e debates acumulados.

Além dessas ações, a gestão fortaleceu o debate sobre o processo de interiorização dos cursos de Serviço Social, trazendo à tona as especificidades e particularidades regionais; acumulou subsídios para o posicionamento sobre os 20% da carga horária à distância nos cursos presenciais; reforçou a articulação com as coordenações de cursos filiados para dinamização da entidade nos espaços locais — envolvendo coordenadores/as e docentes nas reuniões ampliadas e na organização de eventos — o que permitiu a ampliação da participação discente e de supervisores/as de estágio como sujeitos de seu processo formativo em todas as atividades da ABEPSS. Também deu continuidade às ações permanentes como o projeto “ABEPSS Itinerante”, consolidado desde a gestão 2011–2012.

No âmbito da pós-graduação, priorizou o fortalecimento de estratégias de envolvimento dos GTPs junto aos programas de pós-graduação e aos núcleos/grupos de pesquisa, visando à capilarização e ampliação das bases dos GTPs. Promoveu debates e fomentou estratégias para socialização de experiências de articulação entre graduação e pós-graduação, com o intuito de fortalecer essa integração. Deu ampla divulgação ao documento “Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil”, submetido à assembleia em 2016. A gestão também aprofundou o debate sobre as Residências Multiprofissionais e o Aprimoramento em Saúde, por meio da continuidade do grupo de saúde e da recomposição da Comissão Temporária de Trabalho.

A Diretoria Nacional, por meio da Coordenação Nacional de Pós-Graduação, construiu junto às regionais os Fóruns de Pós-Graduação da ABEPSS, articulados para ocorrerem em 2017, primeiro ano da gestão, junto às oficinas regionais. A ideia foi construir um espaço que reunisse não apenas coordenadores/as de programas de pós-graduação, mas também

docentes e discentes, ampliando sua base política de discussão e articulação conjunta. Esses fóruns foram essenciais para: ampliar e aprofundar os argumentos contrários ao mestrado profissionalizante; fortalecer a aproximação da ABEPSS junto às representações de área nos órgãos de fomento à pesquisa — CAPES e CNPq — no intuito de discutir a ampliação das fontes de financiamento, a autonomia teórico-metodológica e os processos de sucessão na área; acompanhar os programas de pós-graduação *stricto sensu* e sua vinculação com o projeto de formação profissional; fomentar a participação discente nos espaços de debate da pós-graduação (oficinas nacionais e regionais); angariar apoio para a construção da Oficina Nacional no final de 2017.

No que se refere às relações internacionais, a gestão criou uma CTT para elaboração da proposta de política de intercâmbio e de relações internacionais da ABEPSS. Esse documento serviu de base para apoiar a Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS) como instância articuladora do ensino e da pesquisa em Serviço Social na América Latina, e para articular aproximação com a Federação Internacional de Assistentes Sociais/Trabajo Social (FITS) e o Comitê Latino-Americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS), enquanto entidades organizativas da categoria em âmbito internacional. Para isso, ampliou-se a participação da ABEPSS nos encontros internacionais de formação profissional.

Diante da preocupação da gestão em garantir articulações com os movimentos sociais em defesa da educação, compusemos organicamente a Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Conedep), fórum nacional que articula diversas entidades comprometidas com a educação pública, gratuita, presencial e de qualidade, e que tinha como principal objetivo rearticular a construção de um projeto classista e democrático para a educação brasileira — especialmente por meio do Encontro Nacional de Educação (ENE). Nessa mesma direção, também participamos da construção, em unidade com o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO, do Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, enquanto espaço privilegiado e estratégico de articulação permanente para o fortalecimento do projeto profissional crítico.

### **Em defesa da formação em serviço social antirracista: a centralidade da questão étnico-racial na agenda da ABEPSS**

Inegavelmente, a ABEPSS tem papel central, entre as entidades da profissão, ao oferecer parâmetros que sustentem e orientem o projeto de formação em Serviço Social na direção do Projeto Ético-Político. Parte desse papel tem sido destinada à construção e ao fortalecimento da agenda da formação antirracista, especialmente nos últimos 15 anos.

O debate sobre a questão étnico-racial no Serviço Social é um dado da realidade e vem se consolidando cada vez mais na área. Fruto de trajetórias de luta marcadas por tensionamentos e formulações, busca-se assegurar uma formação antirracista capaz de compreender o racismo como elemento estruturante do capitalismo e, como parte de seu desenvolvimento desigual e combinado, da formação social brasileira. Ao mesmo tempo, essa formação deve conferir ferramentas de combate ao racismo, que atravessa

cotidianamente a vida da classe trabalhadora e o trabalho profissional de assistentes sociais. Esse processo histórico de formulações nos coloca o desafio de forjar uma agenda de lutas e pesquisas que garanta o adensamento crítico do debate étnico-racial, a partir dos fundamentos do Serviço Social na história, na direção de uma formação antirracista e emancipatória, tal como expressa o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Ao partir dos fundamentos históricos do Serviço Social, evidenciamos que essa profissão é parte das relações sociais de produção e reprodução do capitalismo, e seu processo de trabalho nos insere como especialização do trabalho coletivo no interior da divisão sócio-técnica, racial, sexual e territorial do trabalho. Essa análise privilegia a historicidade que forja o Serviço Social brasileiro como profissão que se movimenta e se desenvolve no interior das transformações históricas socialmente determinadas (Iamamoto; Santos, 2021).

No caso do Serviço Social brasileiro, apanhar os elementos e processos que estruturam os fundamentos da formação sócio-histórica latino-americana é importante para entender os fundamentos do Serviço Social brasileiro. Pois, entender tais particularidades permite apreender o processo de reprodução do capitalismo em sua lei do desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, compreender a relação do capitalismo dependente tendo por base o colonialismo e escravismo e suas implicações na produção e reprodução das relações sociais que pavimentam e aprofundam os traços do Imperialismo (Moura, 2020) (Elpídio; Silva; Valdo, 2025, p. 86).

Esse entendimento é fundamental para consolidar uma direção crítico-marxista na condução de uma formação antirracista, ao tomá-la como central no projeto de formação em Serviço Social, cuja principal síntese está nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Portanto, reafirmar a centralidade da questão étnico-racial no projeto de formação profissional é tomar as DC como produto sócio-histórico capaz de dialogar com o tempo histórico, renovando sua atualidade e incorporando novas demandas, na direção da afirmação de seus princípios e lógica — o que exige um rigoroso trato teórico-metodológico (Elpídio, 2025). Ou seja, as DC da ABEPSS precisam ser apreendidas no movimento contraditório das relações sociais de produção e reprodução da vida social no capitalismo.

Dito isso, a gestão 2017–2018 da ABEPSS, desde seu primeiro planejamento, ocorrido em março de 2017 — antes mesmo da escolha do tema da campanha do conjunto CFESS/CRESS, denominada “Assistentes Sociais no combate ao racismo” — se propôs a pautar o debate da questão étnico-racial, inicialmente com o debate sobre cotas raciais na pós-graduação e, posteriormente, com a necessidade de elaborar uma orientação às escolas filiadas à entidade sobre o tema. O desdobramento desse processo permitiu um avanço expressivo, que se materializou no documento-base “Subsídios para o debate étnico-racial na formação profissional” e também na programação do ENPESS organizado pela gestão. Essa discussão, vale ressaltar, é parte de um movimento da categoria que vinha em crescente demanda pela inserção da questão étnico-racial na formação profissional. Nesse fluxo, o conjunto CFESS/CRESS, em seu encontro nacional, também colocou em pauta o aprofundamento desse debate, propondo-o como campanha da gestão.

A criação dos GTPs em 2010 — sobretudo o de “Serviço Social, Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social” — como espaço de aglutinação de pesquisadoras/es e produção de relatórios bianuais sobre as pesquisas da área; a aprovação, na Assembleia Geral da ABEPSS, no XIV ENPESS em Natal, em 2014, da inserção de conteúdos curriculares obrigatórios sobre as questões étnico-raciais, de gênero, sexualidades e geração; e a publicação dos números 27 e 28 da *Revista Temporalis*, com o tema “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, já sinalizavam a necessidade de a ABEPSS formular orientações sobre a articulação entre formação em Serviço Social e a questão étnico-racial.

Dentre as principais ações da ABEPSS na gestão 2017–2018 sobre a pauta da questão étnico-racial, destacam-se dois documentos fundamentais: “As cotas raciais na pós-graduação” e os “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social”. A construção do primeiro documento — “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate” — emergiu inicialmente dos debates no planejamento da pasta de pós-graduação, quando a pauta das cotas raciais foi assumida como agenda de lutas da entidade. Compreendendo a importância de sua efetivação como resultado de uma demanda histórica do movimento negro, o debate se fortaleceu ao longo das discussões nos fóruns de pós-graduação da ABEPSS.

As políticas de ações afirmativas — dentre elas, as cotas raciais no ensino superior — são fruto de uma luta histórica do movimento negro frente ao racismo que provoca desigualdades sociais no acesso à educação. Sua promulgação em nível federal ocorreu em 2012, com a Lei nº 12.711, somada à publicação da Portaria Normativa nº 13/2016<sup>1</sup>, que dispõe sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação. A implementação dessas políticas se deu em um contexto marcado pelos impactos das políticas expansionistas dos governos petistas, amplamente influenciadas por organismos internacionais e pelo grande capital, com políticas sociais focalizadas na extrema pobreza — o que caminhou na contramão da efetivação de políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial.

Ao compreender esse processo, a direção da ABEPSS encaminhou a formação de uma Comissão Temporária de Trabalho (CTT)<sup>2</sup> para construção do debate sobre as cotas raciais na pós-graduação, que elaborou o documento “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate”. Na direção da democratização do acesso ao ensino superior, o documento foi construído para orientar os programas de pós-graduação na área de Serviço Social — especialmente das UFAs filiadas à ABEPSS — no sentido de fomentar a discussão sobre cotas nos PPGs da área, com vistas à ampliação do acesso, à permanência com qualidade e à ampliação dos espaços de participação e tomada de decisão coletiva (ABEPSS, 2018a).

Ao final da gestão, já se contabilizava a adesão de 14 PPGs, em um universo de 34,

<sup>1</sup> A lei de cotas foi atualizada pela lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, e incorporou as cotas na pós-graduação. Acessar o conteúdo da lei em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm)

<sup>2</sup> A composição da Comissão Temporária de Trabalho (CTT) contou com a participação de membras da diretoria e do GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades, a saber: Márcia Campos Eurico (PUC-SP), Suellen Cruz (UFES), Tereza Cristina Santos Martins (UFS) e João Paulo Valdo (UFF/Niterói). Documento aprovado na executiva nacional da ABEPSS em julho de 2017.



reafirmando o papel central da entidade na condução do debate sobre formação antirracista em Serviço Social.

[...] as orientações da ABEPSS para o avanço do debate das cotas na Pós-Graduação tornam-se uma ação fundamental no sentido de contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural. Evidentemente, o posicionamento de cada programa/curso é o que vai definir até que ponto o Serviço Social brasileiro mantém uma coerência com o Projeto Ético-Político Profissional. Afinal, lutar contra a exploração/opressão do capital é, sem dúvida, agir concretamente para não reforçar o racismo estruturado em todas as relações sociais da sociedade brasileira (Martins et al., 2020, p. 205).

É importante destacar o protagonismo das representações discentes de pós-graduação da ABEPSS, que, articuladas com a base estudantil, contribuíram com os debates e disputas em torno da adesão às cotas raciais nos PPGs da área — em alguns casos, associadas ao recebimento de bolsas, compreendendo a permanência como parte fundamental da política de ações afirmativas.

Esse protagonismo do movimento estudantil da pós-graduação também se expressou na publicação do “Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social”<sup>3</sup>, uma demanda histórica desse segmento. O relatório teve como objetivo traçar uma compreensão ampliada das diversas questões que atravessam a vida dos discentes da pós-graduação na área (ABEPSS, 2018c). Em relação à raça/cor, apontou, por exemplo, que 52,9% dos estudantes — num universo de 536 respostas — se identificam como negros, demonstrando a necessidade e o acerto da ABEPSS em defender a implementação das cotas raciais na pós-graduação.

Nesse contexto, o movimento de construção em torno dos “Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social” ganhou força, partindo inicialmente da demanda histórica sobre o tema, intensificada pelos debates sobre as cotas raciais na pós-graduação.

Desse modo, a Executiva Nacional da ABEPSS encaminhou a formação de um Grupo de Trabalho (GT)<sup>4</sup> para elaboração desses subsídios, considerando a importância de direcionar os debates sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional de assistentes sociais. O principal objetivo do documento foi: “Oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial, contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista, a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada).” (ABEPSS, 2018b, p. 422).

O debate sobre o conceito de raça/etnia é fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira. A premissa inicial

<sup>3</sup> A proposta de construção desse relatório foi realizada na reunião de discente de pós-graduação na Oficina Nacional da ABEPSS, em 2017, na UFF/Niterói. Para execução foi deliberado a formação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do Perfil de discentes da pós-graduação, formado pelas estudantes: Camila Caroline de O. Ferreira (UNESP e ABEPSS Sul 2); Gabriele Ponciano da Silva (UFJF); Jéssica Adriele Tomaz Pereira (UFJF); Jéssica Cleophas do Carmo Lima (UFS).

<sup>4</sup> Equipe de elaboração do documento base dos subsídios: João Paulo da Silva Valdo (ABEPSS/UFF), Maria Helena Elpidio (ABEPSS/UFES) e Roseli Rocha (FIOCRUZ).

proposta nesse documento é contribuir na construção desse conceito para o entendimento da relação entre raça/etnia e classe como estrutural e estruturante das relações sociais, considerando que o racismo é um dos fundamentos dessas relações no Brasil (ABEPSS, 2018b, p. 424).

A publicação do documento “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social” no XVI ENPESS, realizado em Vitória/ES, numa mesa destinada exclusivamente ao tema da formação profissional e da questão étnico-racial, representou uma inovação em dois aspectos fundamentais: i) a ousadia da gestão em captar o movimento histórico em torno dessa discussão — resultado de muitas formulações e lutas da categoria, especialmente das mulheres negras — e apresentar um material orientador para a formação antirracista no Serviço Social; e ii) proposta de ser um documento-movimento, capaz de acompanhar o desenvolvimento dos debates sobre as relações étnico-raciais, postos pelas demandas de estudantes e profissionais, e de incorporar essas contribuições aos subsídios, qualificando o debate e consolidando a formação antirracista na afirmação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Esses aspectos revelam o papel que o documento vem cumprindo ao longo dos anos. Desde sua implementação, a ABEPSS tem consolidado e ampliado ações em torno da formação antirracista, com um ponto alto no tema do XVIII ENPESS, intitulado: “Relações de classe e raça-etnia no Brasil: desafios para uma formação profissional emancipatória no Serviço Social”.

É possível afirmar que, ao elaborar os dois documentos — sobre cotas raciais na pós-graduação e os subsídios para o debate étnico-racial — a gestão “Quem é de luta, resiste” atribuiu centralidade à pauta étnico-racial nas ações da entidade, compreendendo o movimento histórico da categoria em torno do tema. Mais que isso, a publicação dos subsídios expressa uma espécie de síntese das formulações da gestão sobre as relações étnico-raciais — uma síntese aberta ao movimento da realidade, como bem apontou Elpídio (2025):

O documento da entidade publicado em 2018, denominado “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social”, evidencia que ao longo das últimas décadas, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto de profissão sustentado por um arcabouço teórico-metodológico direcionado pelo esforço de apreensão da realidade, sob a orientação do marxismo e uma direção ético-política vinculada às lutas da classe trabalhadora. Essa construção, nos deixa um importante legado de amadurecimento teórico-político e nos coloca diante de desafios, sobretudo às entidades dessa profissão, de construir táticas e estratégias de consolidação do projeto profissional crítico (Elpídio, 2025, p. 567).

### **Considerações finais**

O acerto político da gestão em priorizar a pauta das relações étnico-raciais resultou na produção dos documentos sobre cotas na pós-graduação e dos subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social. Essas ações reverberaram nas gestões seguintes, com o fortalecimento da formação antirracista numa direção emancipatória. Dentre os desdobramentos, destacam-se: a plataforma antirracista, lançada em 2022 no XVII ENPESS, no Rio de Janeiro; a formação antirracista como tema das oficinas regionais e nacional em 2023, e do XVIII ENPESS, em Fortaleza/CE, em 2024; a edição da ABEPSS

Itinerante com o tema da formação antirracista em 2023; a criação da Comissão Temporária de Trabalho (CTT) “Formação Antirracista e Promoção da Igualdade Étnico-Racial”, que elaborou o relatório da pesquisa sobre a inserção da educação para as relações étnico-raciais na pós-graduação em Serviço Social (2017–2022), publicado em 2022.

Além dessas ações, a gestão deu continuidade aos trabalhos com a instituição do CTT Antirracista da ABEPSS, que publicou, em 2023, a “Recomendação para a construção do Novembro Negro” como espaço de fortalecimento da formação antirracista no Serviço Social; a publicação da *Temporalis* n° 49 com o tema: “Formação antirracista Serviço Social”; e diversas *lives* e debates realizados pela entidade desde 2020, todos disponíveis on-line, somados a outras ações previstas no planejamento institucional.

Ao tomar a questão étnico-racial como parte central da agenda da gestão 2017–2018, a ABEPSS revela não apenas seu compromisso com a luta antirracista, mas também a capacidade de sua direção em apreender o movimento da realidade e suas demandas emergentes, traduzindo-as em ações políticas concretas que possam subsidiar as escolas de Serviço Social filiadas (e não apenas elas) na construção do debate das relações étnico-raciais em seus componentes curriculares obrigatórios, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Portanto, a gestão 2017–2018 trouxe uma contribuição decisiva ao reafirmar a necessidade de articular o projeto de formação antirracista em Serviço Social à construção de um projeto classista e democrático para a educação, em uma direção emancipatória — como parte fundamental para a manutenção do legado crítico do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, caráter indiscutível construído ao longo da trajetória da ABEPSS.

## Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. As cotas raciais na pós-graduação. **Temporalis**, n. 36, p. 417–419, jul./dez. 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/958>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. **Temporalis**, n. 36, p. 422–434, jul./dez. 2018b. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/958>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Relatório da Pesquisa sobre o perfil discente de pós-graduação em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2018c. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/arquivo-2-pesquisa-abepss-202004021016188712970.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_202303021650422939500.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf). Acesso em: 28 ago. 2025.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Universidade e Sociedade**, n. 60, ano XXVII, jul. 2017. Disponível em: [https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/at\\_download/file](https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/supremacia-rentista-no-brasil-neoliberal-e-a-violencia-como-potencia-economica/at_download/file). Acesso em: 18 out. 2025.

ELPIDIO, Maria Helena. Por uma formação antirracista no Serviço Social. **Temporalis**, ano 25, n. 49, p. 565–574, jan./jun. 2025. DOI: 10.22422/temporalis.2025v25n49p565-574. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/48729>. Acesso em: 18 out. 2025.

ELPIDIO, Maria Helena; SILVA, Sandra R. V.; VALDO, João Paulo da S. A questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social: apontamentos e desafios. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 84–99, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/91738>. Acesso em: 18 out. 2025.

IAMAMOTO; Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos. Introdução. In: IAMAMOTO; Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos. **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021. p. 25–67.

MARTINS et al. Cotas na pós-graduação em serviço social: uma resposta à questão étnico-racial? In: MARTINS, Tereza C. S.; SILVA, Nelmires F. da. **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social**. São Cristóvão : Editora UFS, 2020. p. 187–209.

Submetido em: 6/9/2025

Aceito em: 8/9/2025